



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DA ASSISTÊNCIA À ADOÇÃO: A SOCIEDADE PERANTE A INFÂNCIA
ABANDONADA (SÉCULOS XIX a XX)

Tânia Gabriela Godinho Santos Mendes

Ponta Delgada

2016



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**DA ASSISTÊNCIA À ADOÇÃO: A SOCIEDADE PERANTE A INFÂNCIA
ABANDONADA (SÉCULOS XIX a XX)**

Tânia Gabriela Godinho Santos Mendes

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores,
para obtenção de Grau de Mestre em Ciências Sociais
sob orientação da Professora Doutora Susana Serpa Silva

Ponta Delgada

2016

“Da criança sai o homem,
Como da aurora sai o dia pleno”.
(*Lei de Proteção da Infância*, 1911)

ÍNDICE

• RESUMO	9
• ABSTRACT	10
• AGRADECIMENTOS	11
• INTRODUÇÃO	13
A escolha do tema e as problemáticas subjacentes	13
Estratégias e metodologias	15
A estrutura do trabalho	17
Limitações e constrangimentos ao estudo.....	19
• CAPÍTULO I – O Abandono de Crianças no Século XIX – Contexto Nacional e Açores	21
As Rodas dos Expostos	21
Os Hospícios	35
Os Asilos de Infância Desvalida	43
• CAPÍTULO II – Mudanças e Constantes na 1ª Metade do Século XX – Abandono de Crianças e Adoção	50
A I República	50
O Estado Novo	53
• CAPÍTULO III – As Adoções de Crianças Terceirenses por Norte-Americanos: uma Realidade Associada à Base das Lajes (1946 a 1974) ...	63
O que revelam os Registos de Passaportes	65
O que nos dizem os testemunhos orais	73
• CAPÍTULO IV - Realidade da Adoção de Crianças nos Açores no último quartel do século XX	89
A nova realidade no tocante à adoção	89
A população infantil e as adoções nos Açores	98
• CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
• FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS	110
• BIBLIOGRAFIA	115
• ANEXOS	119

ANEXO 1 – Guião da Entrevista	120
ANEXO 2 – Transcrição das Entrevistas	124

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1- A Roda (exterior e mecanismo interior)	23
Fig. 2 - A Casa da Roda de Angra do Heroísmo	23
Fig. 3 -A Casa da Roda da Praia da Vitória	24
Figs. 4 e 5 - Fitas que Acompanhavam os Expostos Quando Eram Encaminhados para o Hospício	26
Fig. 6 – Nome a Atribuir ao Exposto e que o Acompanhava no ato da Exposição.....	27
Fig. 7 - Um Selo dos Expostos.....	38
Fig. 8 - “As Meninas do Asilo”	44

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Número de Expostos Entrados na Casa da Roda de Angra do Heroísmo - 1850 a 1874.....	31
Gráfico 1: Número de Expostos entre 1850 e 1874 em Angra do Heroísmo.....	32
Gráfico 2: Número de Expostos entre 1850 e 1860 em Angra do Heroísmo.....	33
Gráfico 3: Número de Expostos entre 1861 e 1874 em Angra do Heroísmo.....	34
Gráfico 4: Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo – 1874 a 1934	40
Tabela 2: Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo de 1874 a 1934.....	40
Gráfico 5: Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo no Decénio de 1890 a 1900.....	42
Gráfico 6: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974.....	66
Gráfico 7: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Género.....	67
Gráfico 8: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Idades.....	68
Gráfico 9: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Naturalidade.....	69
Gráfico 10: Crianças Adotadas Legalmente pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974.....	71
Gráfico 11: Tipo de Adoção	72
Gráfico 12: População Residente dos 0-14 anos – Região Autónoma dos Açores: 1981, 1991 e 2001.....	98
Gráfico 13: Taxa Bruta de Natalidade ‰, Açores: 1981, 1995 e 2001.....	100
Gráfico 14: Índice Sintético de Fecundidade, Região Autónoma dos Açores: 2001 a 2015.....	101
Gráfico 15: Número de Adoções, Açores: 1996 a 2000.....	102
Gráfico 16: Número de Adoções, Açores: 2001 a 2015.....	103

RESUMO

A adoção em Portugal é uma forma de proteção infantil relativamente recente. Tem-se assistido a um aumento do número de crianças adotadas, contudo, esta ainda é uma escolha fortemente marcada como sendo um último recurso das famílias impossibilitadas duma parentalidade biológica.

Longo foi o percurso histórico da criança abandonada até ao reconhecimento da adoção como forma de relação familiar, atendendo ao seu superior interesse. No entanto, associado à adoção surge um conjunto de representações sociais adversas à mesma e que poderão condicionar a própria escolha. Este estudo dá-nos uma perspetiva histórica da evolução da assistência à infância e do papel da criança na sociedade açoriana, em particular, de modo a contribuir para uma melhor compreensão das representações sociais atuais face à criança adotada.

Assim, recuamos até meados do século XIX, em que a Roda dos Expostos afigurava-se como uma forma de assistência à criança abandonada e desvalida e como resposta à pobreza e manutenção da honra familiar, demonstrando o facilitismo que havia nas exposições.

Em relação ao século XX, ilustramos legislativamente os avanços e os retrocessos históricos do reconhecimento do papel da criança na sociedade e na sua proteção.

Salienta-se, no período do Estado Novo, as peculiaridades da adoção na ilha Terceira, Açores, evidenciada pelo interesse e procura de casais norte-americanos. Foram várias as crianças “adotadas” pelos americanos da “Base das Lajes”, e ainda hoje a legalidade destes processos levantam fortes questionamentos morais sobre essa prática. Tornou-se pertinente abordar este fenómeno por forma a correspondermos à finalidade do estudo, dado que procurámos demonstrar a facilidade que havia em levar uma criança para os EUA sem grandes processos burocráticos. Isto ilustra a visão que havia sobre a própria criança, o que se reflete nas atuais representações sociais sobre a adoção, visto ser um assunto que continua a gerar polémica entre as gentes da ilha.

Palavras-chave: Adoção, Assistência, Criança Abandonada, Representações Sociais.

ABSTRACT

Adoption in Portugal is a relatively recent form of child protection. There has been an increase in the number of adopted children, however, it is still strongly marked as a last resort for families unable of biological parenting.

The historical journey between the abandoned child and the adoption recognition, as a form of family relationship, was very long, according to their best interests. However, with the adoption comes a set of adverse social representations, which can affect the option to adopt. This study gives us not only a historical perspective of the child's care development but also the child's role, particularly, in the Azorean society, contributing to a better clarification of the current social representations regarding the adopted child.

Therefore, we stepped back to the mid-nineteenth century, where the *Roda dos Expostos* (baby hatch) appears as a form of assistance to an abandoned and helpless child and as a response to poverty and keeping the family honor, demonstrating how easy the exhibitions were.

Considering the twentieth century, we legislatively illustrate the historical advances and setbacks of the child's role recognition in society and its protection.

It should be noted that, in the New State period, the peculiarities of Adoption on Terceira Island, were evidenced by the interest and demand of North American couples. Several children were "adopted" by North Americans from the "Lajes Base" and, nowadays, the legality of these cases raise strong moral questions. It became relevant to approach this phenomenon in order to correspond the purpose of the study, as we tried to show how easy it was to take a child to the United States of America without major bureaucratic processes. This illustrates how children were seen and how it reflected in the current adoption social representations, as it is an issue that continues to generate controversy among the people of the island.

Keywords: Adoption, Assistance, Abandoned Child, Social Representations

AGRADECIMENTOS

O presente estudo é o culminar dum processo moroso e de dedicação em que o apoio, auxílio e amizade de particulares e entidades públicas se apresentou como sendo a base essencial à sua concretização.

Assim quero agradecer em primeiro lugar à Professora Doutora Susana Serpa Silva, por ter acreditado em mim e no presente projeto. Pela sua orientação, sabedoria e partilha dos seus conhecimentos, o que inegavelmente enriqueceu a presente investigação e foi sem dúvida uma mais-valia para mim como mestranda e pessoa.

A toda equipa da Biblioteca Pública Silvestre Ribeiro da Praia da Vitória, onde se deram os primeiros passos na pesquisa, onde se discutiu academicamente a temática num espírito de partilha de conhecimentos e situações locais.

À equipa da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, e em particular ao Dr. José Elmiro Rocha; Dra. Carolina Costa e Dra. Rosana Borges, que tão amavelmente me acolheram e tornaram a pesquisa mais amistosa. O companheirismo manifesto por esta equipa acompanhou os meus momentos de pesquisa embrenhada em maços e volumes esquecidos no tempo, constituindo-se como um apoio essencial no desbravar do pó na busca pela informação.

À Conservatória do Registo Civil da Praia da Vitória, particularmente a Rogério Silva e Manuela Carvalho, pela sua disponibilidade e compreensão, sempre que solicitava a sua ajuda com novas listagens, por vezes exigindo longas e morosas buscas para atingirmos o fim pretendido.

A Paulo Ormonde, pela cumplicidade na temática e partilha de informação. Com ele tive oportunidade de viver uma nova perspetiva sobre a presente investigação e conhecer realidades concretas do fenómeno.

Ao Dr. Francisco Nogueira, pelo seu contributo em matéria sobre a Base das Lajes e pela sua disponibilidade de conteúdos académicos sobre a mesma.

À Dra. Joana Marques, pela sua prontidão e amizade.

Ao ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), pela disponibilidade de dados sobre a adoção nos Açores.

A todas as pessoas que me confiaram o seu testemunho, que amavelmente me receberam na intimidade de seus lares para partilhar experiências, que para muitos foi um reviver doloroso do passado. O meu bem-haja.

Por fim, agradeço à família, pela compreensão, privações e ausências, que acredito justificadas pela minha dedicação e pelo investimento feito no presente estudo, pelo apoio e suporte nas incertezas e inseguranças, e pelos breves debates sobre a pesquisa realizada. Um apreço especial aos meus filhos a quem dedico esta investigação e desejo que seja de alguma forma uma inspiração para que eles no seu futuro acreditem em si e que nunca é tarde para investirmos na nossa valorização pessoal, profissional e académica.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema e as problemáticas subjacentes

As questões em torno da proteção e da adoção de crianças sempre nos fascinaram e, ao mesmo tempo, nos causaram preocupação pelas circunstâncias e estigmas que envolvem. A problemática da adoção ainda hoje é alvo de vários discursos e debates académicos e legislativos, surgindo muitas vezes associada a conceitos como abandono, assistência ou institucionalização e que, por si só, são impulsionadores de representações sociais pouco favoráveis.

No nosso tempo, o abandono e a pobreza infantil continuam a ser uma realidade e, por consequência, são temáticas abundantemente estudadas e reanalisadas, quer em termos legislativos, quer em termos académicos. São várias as reinterpretações sociais que têm sofrido, por forma a fazer face às “exigências” e mudanças da sociedade atual. Estas mudanças têm-se sentido, significativamente, nos próprios conceitos de criança e de infância, que já começaram a alterar-se no século XIX.

Assim parece-nos pertinente e atual o presente estudo, pois procura-se desbravar, numa perspetiva histórica e também sociológica, o percurso da criança abandonada e desfavorecida por forma a contextualizarmos a pergunta de partida inerente a esta investigação: o percurso da criança abandonada, na História, terá influenciado as representações sociais adversas à adoção? Serão as representações sociais, a que essas crianças são associadas, uma consequência do próprio percurso social destas crianças e das mentalidades dominantes nas sociedades do passado? “A adoção espelha as mudanças sociais que têm lugar na sociedade. Reflete as mudanças sociais relativas ao modo como a sociedade encara as necessidades da criança” (Salvaterra, 2007: 17). O certo é que em pleno século XXI, ainda se fazem sentir preconceitos e imagens depreciativas face às crianças institucionalizadas e/ou abandonadas.

Atualmente, um dos recursos sociais, para fazer face ao abandono e consequente institucionalização, é a adoção, esta “tem vindo a ser cada vez mais defendida como uma das medidas mais eficazes de proteção às crianças em risco” (Salvaterra e Veríssimo, 2008: 502). Em Portugal é uma forma de proteção infantil relativamente recente. Permite que a criança seja recebida numa família, estabelecendo uma relação de filiação e parentalidade, “A adoção é um procedimento legal que visa dar uma família à criança

cujos pais biológicos não são capazes, não têm vontade ou estão legalmente proibidos de tomarem conta da criança” (Salvaterra e Veríssimo, 2008: 501).

No entanto, associados à adoção persistem os conceitos de abandono ou rejeição, e com estes vêm também as representações sociais associadas ao próprio conceito de abandono. Logo, torna-se, por vezes, difícil e complexo ultrapassar o anátema que pesa sobre estas crianças. Apesar, de se ter vindo a assistir a um aumento do número de crianças adotadas, esta ainda é uma escolha ou decisão fortemente marcada como o último recurso das famílias impossibilitadas duma parentalidade biológica, “a principal motivação para a adoção deve-se à impossibilidade de ter filhos biológicos, ou seja, os casais que mais adotam são aqueles que se deparam com o problema da infertilidade” (Cunha, 2014: 5).

Importa, pois, compreender que influências do passado ainda se fazem sentir no Portugal de hoje, e em particular, nos Açores. Em consonância com Marisa Candeias e Hélder Henriques “a evolução social e legal encontra-se na dependência do tempo e das condições sociais, económicas e políticas em que foram construídas (...) encontra a sua fundação na evolução das mentalidades e dos processos históricos” (Candeias e Henriques, 2012: s/pág.). Por isso, este estudo começa com um recuo ao século XIX e às formas de assistência, então existentes, para proteção da infância abandonada, de modo a podermos compreender melhor a evolução do processo e dos procedimentos até ao surgimento da adoção. Talvez assim possamos compreender melhor o porquê do recurso à adoção como fim último à filiação. Por isso, remontaremos às Rodas dos Expostos e tentaremos percorrer as alterações legislativas que marcaram a segunda metade do século XIX e o século XX, em geral. Porém, não ficaremos por aqui. Tentaremos também analisar e compreender melhor o fenómeno e as práticas de adoção, no século XX.

Atendendo, porém, à vastidão do tema e à complexidade da problemática subjacente, centramo-nos mais no estudo dos Açores e, em particular, da ilha Terceira que, pelas suas especificidades, se torna, neste âmbito, um autêntico *case-study* a nível do arquipélago. Sendo certo que já existem estudos historiográficos sobre a infância desvalida e abandonada, que incidem sobre outras ilhas açorianas, nomeadamente S. Miguel (Silva, 2008 e 2012), relativamente à ilha Terceira os estudos sobre estas problemáticas são praticamente inexistentes e além disso, o que lhe confere uma grande especificidade, é a presença norte-americana, resultante da instalação da Base das Lajes e que motivou

inúmeras adoções de crianças terceirenses, entre as décadas de 40 e 70 do século XX. Esta realidade faz parte da história recente da ilha Terceira, mas é encarada, por muitas pessoas, como um tabu. Facto indesmentível é o de muitos norte-americanos terem levado crianças locais para os EUA, mas com contornos que, ainda hoje, colocam várias questões quanto à sua legalidade e moralidade.

Por tudo isto, o estudo que agora apresentamos poderá contribuir para uma melhor compreensão das representações, dos conceitos, das leis e das práticas, em torno da assistência e adoção de crianças, com especial incidência no arquipélago dos Açores.

Estratégias e metodologias

O recuo ao passado e a análise do tempo mais próximo faz deste estudo um cruzamento entre História e Sociologia. Por outras palavras, procuramos associar uma Ciência Humana (ainda que com menor peso) e uma Ciência Social, numa tentativa de melhor compreender um fenómeno complexo e amplo como é o da proteção e adoção de crianças, desde ao século XIX aos nossos dias.

Para a realização do estudo, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, que incluiu fontes manuscritas e impressas e ainda iconográficas. Recorremos ao trabalho de arquivo, próprio do historiador, recolhemos e consultamos legislação e analisámos registos e dados demográficos, com metodologias inerentes à História e às Ciências Sociais. Percorremos — com o aprofundamento possível a uma dissertação de Mestrado — o século XIX, o período da I República, o Estado Novo e o pós 25 de Abril de 1974. Este longo caminho não poderia ter sido feito, como referi, sem o recurso a fontes escritas (manuscritas e impressas), mas também, e ainda, com o recurso a fontes orais. No caso açoriano e terceirense, em particular, para os anos de 1946 a 1974, recorremos a fontes orais (entrevistas) para melhor aprofundarmos a pesquisa em curso. Assim, se por um lado, estudamos o funcionamento da “Roda dos Expostos”, o aparecimento dos “Hospícios” e dos “Asilos de Infância Desvalida”, como formas de resposta social à criança abandonada, consultando registos e livros das Câmaras Municipais; se lemos legislação de inícios do século XX, como também do fim da centúria, por outro lado, entrevistamos vários cidadãos que se disponibilizaram a partilhar as suas memórias e vivências, relativamente às adoções de crianças terceirenses por famílias norte-americanas. Hoje, a História Oral e a recuperação das memórias fazem parte da historiografia

contemporânea, ainda que obriguem a alguns cuidados metodológicos. Mas, como as memórias são reconstruções, aproximam-se muito da tarefa dos historiadores, permitindo, por vezes, ultrapassar as lacunas que enfermam a documentação escrita (Matos e Senna, 2011: 96).

Acresce que a entrevista é um importante instrumento de trabalho para o investigador social, obrigando a ter em atenção as questões éticas inerentes a uma investigação, questões pessoais e individuais dos participantes no estudo, como sejam, o respeito pela integridade do indivíduo, a sua autonomia e privacidade, mantendo sempre o cariz do anonimato. Aquando da recolha de dados, mais especificamente, aquando das entrevistas, todos os participantes foram informados do âmbito e objetivos do presente estudo, garantindo-se o respeito pela confidencialidade. É de referir que todos os participantes aceitaram voluntariamente participar no estudo, e só após o seu consentimento se procedeu às entrevistas. Durante a realização das mesmas, nas moradias dos entrevistados, prevaleceu a informalidade e a privacidade, de modo a garantir o à-vontade dos participantes. Foi nossa preocupação, a manutenção duma postura imparcial e de neutralidade, respeitando a individualidade e a opinião de cada um. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, deixando abertura para a reformulação das questões ou permitindo uma menor rigidez na estrutura e na ordem de questionamento. Por vezes, foi necessário acompanhar o discurso do entrevistado e ir (re)colocando as questões conforme a pertinência e o desenvolvimento da própria entrevista.

A escolha da amostra, ou seja, do grupo de entrevistados, incidiu no facto de terem sido atores, que de alguma forma tinham uma relação direta ou indireta com as famílias que tinham “dado” crianças para a adoção a norte-americanos. Neste sentido, foram realizadas 15 entrevistas, ponto em que foi considerada a saturação da informação. Destas 15 entrevistas, 6 foram efetuadas a familiares diretos, com casos concretos na sua família, 7 entrevistas a sujeitos externos ao fenómeno sem ligação de parentesco mas com conhecimento dos casos, 1 intermediário na relação adultos adotados com as famílias biológicas e 1 intermediário na relação das crianças/famílias biológicas com os norte-americanos. Optamos por seleccionar diferentes atores de dispares contextos visto considerarmos que esta diversidade nos daria diferentes perspetivas sobre o mesmo fenómeno, pois na investigação qualitativa, quanto maior a diversidade de atores e fontes, maior será a sua abrangência e enriquecimento (Sampierie, Collado e Lucio, 2006: 623).

Também foi tido em consideração a área geográfica, precisamente a freguesia de Agualva, pelo facto de nesta freguesia ter funcionado um posto de comando da NAVY; Fonte Bastardo, porque os Registos de Passaportes apontam para um número significativo de crianças adotadas provenientes desta freguesia; e obviamente, Santa Cruz e arredores, pela sua proximidade à Base das Lajes.

Como se depreende, pelo que acabamos de explicar, a recolha e o tratamento da informação assentou numa metodologia qualitativa e quantitativa (construção de tabelas e gráficos), a fim de responder à questão de partida, sendo que, as técnicas seleccionadas para a recolha de informação foram a pesquisa documental e a entrevista. Esta última fica a dever-se ao facto do presente estudo abranger uma parcela dedicada às representações sociais de sujeitos relacionados direta e indiretamente com o fenómeno da adoção pelos norte-americanos e porque a entrevista permite “a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 193).

A estrutura do trabalho

Esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos, organizados segundo uma evolução temporal, com exceção do terceiro capítulo que incide na peculiaridade da ilha Terceira, em matéria de adoção, no decorrer dos anos de 1946 a 1974 e sob influência dos norte-americanos estacionados na Base das Lajes.

O primeiro capítulo intitulado: O Abandono de Crianças no Século XIX – Contexto Nacional e Açores, centra-se nas Casas da Roda, nos Hospícios e Casas de Asilo da Infância Desvalida, como formas de assistência à criança pobre e abandonada, desde meados do século XIX. Para isto, apoiamo-nos em fontes, como os registos dos expostos, em legislação nacional e em estudos já publicados, a fim de fazermos um retrato da assistência à criança naquele tempo, incidindo os dados analisados na realidade açoriana, mais precisamente na ilha Terceira. Na realidade, trata-se de um capítulo de enquadramento e de explanação dos antecedentes.

O segundo capítulo contempla o percurso das crianças desvalidas na primeira metade do século XX, isto é, na I República e no Estado Novo. Para isso recorreu-se à análise da legislação e sua evolução, por forma a ilustrar os avanços e retrocessos da

sociedade portuguesa em matéria de assistência à infância, de modo a evidenciar a visão sobre as crianças, e o seu papel, até meados do século.

No terceiro capítulo, aborda-se então o caso específico da ilha Terceira e o papel da Base das Lajes relativamente às situações de pobreza e abandono infantil, ou seja, com destaque para “adoções” legitimadas ou não por casais norte-americanos, nos anos de 1946 a 1974. A análise é feita com base na informação recolhida através de entrevistas a familiares de crianças adotadas e a terceiros que, embora não estejam diretamente ou familiarmente relacionados com essas crianças, têm conhecimento de casos concretos. Estas duas perspetivas permitiu-nos observar diferentes representações sociais, umas apresentadas com maior conhecimento da realidade familiar, outras avaliando, com distanciamento próprio, de quem não tem ligação aos casos e ajuíza externamente. Assim, este capítulo resulta da análise qualitativa das entrevistas ilustrando, desta forma, a realidade de alguma infância terceirense e as práticas de adoção, nos últimos anos da ditadura. É de referir que essas práticas, muitas delas, já foram posteriores à promulgação das primeiras leis da adoção, através do Decreto-lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro. Incidindo sobre um conjunto de representações sociais sobre o fenómeno da adoção de crianças terceirenses, vamos ao encontro de Jorge Vala, quando refere que “é no quadro definido por uma partilha coletiva, mas sobretudo por um modo de produção socialmente regulado e por uma funcionalidade comunicacional e comportamental, que as representações sociais devem ser entendidas” (Vala, 2002: 462). Deste modo, podemos considerar que as representações sociais dos atores envolvidos no estudo estão ao nível do senso comum, do que é aceite e espectável pela sociedade. A análise efetuada pelos sujeitos é resultante das experiências e do meio em que estes se inserem, bem como das suas crenças de senso comum, não havendo um desprendimento da sua realidade.

Finalmente o quarto capítulo, incide num tempo mais próximo, isto é, no último quartel do século XX, em que se procura conhecer a realidade da adoção, como forma de resposta social e política à criança desfavorecida material, moral e afetivamente, ou seja, excluída dos seus laços familiares biológicos. Este capítulo baseia-se numa análise legislativa iniciada com as alterações ao *Código Civil* pelo decreto-lei n.º 496/77, de 25 de Novembro. Após demonstração das reais evoluções evidenciadas em matéria de adoção, coube-nos então ilustrá-la quantitativamente, através de dados fornecidos pelo ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), acerca do número de adoções concretizadas na

Região Autónoma dos Açores. Contudo, é de referir, que por motivos que não nos são imputáveis, apenas nos foram fornecidas informações referente aos anos de 1996 a 2000, o que não nos permitiu cumprir na íntegra a nossa intenção de demonstrar equitativamente desde 1974 a evolução no número de adoções realizadas, conforme solicitado ao ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), o que nos restringiu o estudo, apresentando-se como um constrangimento ao mesmo.

Em suma, é de referir que a presente investigação reflete o percurso da criança mais desfavorecida da sociedade ao longo dos anos permitindo que reflitamos sobre o seu papel bem como nas formas em como esta foi apoiada e interpretada pela sociedade, traduzindo-se nas representações sociais atuais face a criança adotada. Desta forma, este documento compõem-se por ser um instrumento de reflexão sustentado por uma pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica, demográfica, legislativa e que pela sua diversidade e confronto de suportes académicos permitiu-nos perspetivar diferentes e mais completas frentes do mesmo fenómeno.

Limitações e constrangimentos ao estudo

Considerando o que afirmamos anteriormente, — que esta é uma dissertação que cruza um pouco da História com as Ciências Sociais — a sua concretização foi um grande desafio, que abraçamos com muito entusiasmo. Todavia, também enfrentamos algumas dificuldades. Desde logo, a abundante documentação, muita da qual praticamente inexplorada, bem como a sua dispersão em diferentes instituições. Defrontamo-nos com dados repetidos que tiveram de ser confrontados para assim se obter um registo o mais fidedigno possível. Em contrapartida, também enfrentamos lacunas quanto às fontes, ou porque os documentos se tinham deteriorado com o tempo ou simplesmente porque não havia registo dos mesmos.

Outra condicionante à presente investigação foi a escassez de bibliografia, especialmente na Bibliotecas da ilha Terceira, a que tivemos acesso, bem como de documentação nas instituições regionais. Para além de ser escassa é também muito recente, o que não nos permitiu uma análise mais concreta e abrangente da realidade açoriana. É exemplo disso a escassez de dados disponibilizados pelo ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), referentemente ao número de adoções concretizadas nos Açores. Uma vez que o nosso estudo se prende com o período temporal que vai de meados do século

XIX ao século XX, apenas tivemos acesso a 5 anos de informação do ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), para esta centúria, sobre o número de adoções na Região Autónoma dos Açores, o que limitou a concretização do nosso intuito, visto ser nossa intenção ilustrar quantitativamente o número de adoções nos Açores pelo menos no último quartel do século XX.